LEI Nº 1.209/2007

DISPÕE SOBRE REGULAMENTAÇÃO DA LEI Nº 1.140/2006, QUE AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR ÁREA PARA IMPLANTAÇÃO DO SEGUNDO DISTRITO INDUSTRIAL NO MUNICÍPIO DE SERRANA, DENOMINADO DE DISTRITO NORIVAL AFONSO PINTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE, Prefeito Municipal de Serrana, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais,
FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º. O Distrito Industrial denominado “Norival Afonso Pinto”, criado pela Lei nº 1.140/2006, alterada pelas Leis 1.161/2007 e 1.201/2007, fica instituído nos moldes do projeto detalhado e correspondentes memoriais descritivos dos Anexos I e II, que integram a presente Lei.

Art. 2º. A empresa e/ou indústria interessada em instalar-se no Distrito Industrial deverá dirigir sua petição a Comissão Municipal de Instalação Industrial – COMIN, informando área necessária e apresentando os seguintes documentos:

- I- Cópia autenticada do Estatuto ou Contrato Social da Empresa, devidamente registrado na Junta Comercial ou Entidade Correspondente;
- II- Certidões Negativas atualizadas:
 - a. I.N.S.S.;
 - b. F.G.T.S.;
 - c. Tributos Federais;
 - d. Tributos Estaduais;
 - e. Tributos Municipais;
 - f. Protesto de Títulos;
- III- Cópia do último balanço, em se tratando de empresa constituída há mais de um ano em outra praça;
- IV- Memorial descritivo sobre métodos e etapas de transformação de materiais;
- V- Relatório detalhado sobre a Análise do Negócio, conforme anexo “III”, da presente Lei;
- VI- Relação dos produtos produzidos, relação por amostragem de clientes e de fornecedores (alguns);

VII- Estudo preliminar de implantação das edificações, contemplando respectivas áreas;

§ 1º. Poderá ser donatária de área do Distrito Norival Afonso Pinto qualquer empresa nacional ou estrangeira, privada, pública ou de economia mista, que preencher os requisitos mínimos estabelecidos no presente artigo, inclusive as empresas e indústrias já instaladas no Município que queiram transferir ou ampliar as instalações.

§ 2º. A Câmara Municipal, por seus Edis, com aprovação regimental, poderá indicar empresas e indústrias como beneficiárias de doações de áreas Distrito, observados os requisitos estabelecidos nesta Lei.

Art. 3º. A Comissão de Instalação Industrial, composta de 03 (três) membros nomeados por ato do Prefeito Municipal, procederá a análise de todos os pedidos apresentados e das indicações da Câmara Municipal, emitindo competentes pareceres que serão ou não homologados pela Chefia do Executivo.

Parágrafo Único. As decisões do Prefeito deverão ser justificadas e ter como supedâneo os requisitos objetivos estatuídos pela presente Lei, assim como a aferição de valores agregados a serem gerados pela atividade e a criação de novos empregos diretos aos munícipes.

Art. 4º. As doações serão autorizadas por lei.

Art. 5º. O Instrumento de Doação contemplará os seguintes requisitos temporais:

- I- 6(seis) meses para o começo das fases iniciais de instalação, entendidas como tal a fundação ou colocação de estruturas pré-fabricadas;
- II- 2(dois) anos para a conclusão do projeto aprovado;
- III- 20(vinte) anos para manutenção das atividades iniciais.

Parágrafo Único. Os prazos relativos aos itens I e II poderão ser dilatados, a juízo do Poder Executivo, ouvida a Comissão de Instalação Industrial-COMIN, mediante prévia e justificada solicitação da donatária.

Art. 6º. Além dos prazos estabelecidos no artigo anterior a donatária deverá:

- I- Reservar pelo menos 10% (dez por cento) do terreno para área verde, promovendo sua manutenção com arborização perene;
- II- Enquadrar-se rigorosamente nos parâmetros de prevenção anti-poluentes e ter seu projeto de instalação aprovado, sem restrições, pela CETESB e demais órgãos públicos competentes;
- III- Não promover alterações do projeto apresentado sem prévia autorização da Prefeitura;
- IV- Pagar à Municipalidade, a título de Contribuição de Melhoria, eventual saldo remanescente dos custos de implantação da infraestrutura do Distrito.

Parágrafo Único. A Contribuição de Melhoria prevista no inciso IV do presente será lançada após a implementação de recursos municipais previstos nos

Instrumentos de Controle Orçamentário e de verbas específicas oriundas de emendas parlamentares e de convênios com os governos estadual e federal, proporcionalmente a extensão das áreas doadas, conforme projeto detalhado e memoriais descritivos dos Anexos I e II da presente.

Art. 7º. Implicará na reversão ou retrocessão da área doada ao domínio do município se a empresa ou indústria donatária:

- I- não respeitar os prazos estabelecidos nos incisos I e II, do artigo 5º;
- II- for desativada, ainda que por sucessores, antes do prazo previsto no inciso III, do artigo 5º;
- III- descumprir quaisquer das obrigações estabelecidas no artigo 6º;
- IV- promover a destinação do imóvel para outra finalidade que não a prevista na lei específica de autorização de doação;
- V- se for alterado radicalmente o objeto social da donatária, previsto na lei específica de autorização de doação;

VI- se houver o decréscimo de mais de 60% (sessenta por cento) da produção inicial estimada e do faturamento previsto;

§1º. A retrocessão ou reversão, a juízo do Poder Executivo, ouvida a Comissão de Instalação Industrial, não gerará qualquer direito a indenização a empresa donatária.

§2º. No caso de retrocessão ou reversão a empresa outorgada deverá remover todos os bens instalados no terreno, no prazo máximo de 06 (seis) meses, a contar da data em que for notificada pela Administração, sob pena de serem incorporados ao patrimônio público, não podendo neste interstício promover qualquer atividade na área, produtiva ou não.

Art. 8º. Por acordo entre as partes, e havendo interesse público, a Prefeitura poderá reembolsar a empresa pelos investimentos deixados intactos no terreno.

Art. 9º. O Executivo poderá conceder a donatária isenção de Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana incidente sobre a área doada, por até 15(quinze) anos.

§1º. A isenção de impostos deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar a sua vigência e nos dois seguintes, bem como estar contemplada na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§2º. Além do disposto no parágrafo anterior, para a isenção do imposto mencionado no *caput* do presente artigo, deverá ainda ser observada pelo menos uma das seguintes condições:

I. Ter sido considerada na estimativa de receita da Lei Orçamentária e não afetar as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II. Estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no parágrafo primeiro, do presente artigo, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo,

majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Art. 10. As despesas com a execução da presente lei serão suportadas por dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário, sem comprometimento do percentual legal máximo.

Art.11. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL ESTRELA D'ALVA
17 de dezembro de 2007.

VALÉRIO ANTÔNIO GALANTE
PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADA NA SECRETARIA GERAL DA PREFEITURA
NA DATA SUPRA NO LOCAL DE COSTUME

JOÃO MARCEL DIAS MUSSI
Diretor Geral da Assessoria de Negócios
Jurídicos e Secretaria Geral